

Dauster: se bancos não negociarem, Brasil não paga

WASHINGTON — (da enviada especial) O Governo brasileiro não fará nenhum pagamento da dívida externa aos bancos comerciais se os credores não se sentarem à mesa, no dia 10 de outubro, para negociar um acordo sobre os juros atrasados e mecanismos de redução do débito.

A afirmação foi feita ontem pelo negociador oficial da dívida externa, Embaixador Jório Dauster, quando abordado sobre a disposição de bancos americanos, como o Chase Manhattan, e alemães, como o Deutsche Bank, manifestadas publicamente, de exigir parte dos atrasados para começar a negociação.

O Embaixador disse que o Governo está propondo uma negociação consistente com sua capacidade de pagamento e pretende concluir um acordo com o Comitê Assessor dos Bancos o mais breve possível, até realizando algum pagamento, quando as negociações começarem a amadurecer:

... fazer provisões, es-

tará se preparando para poder fazer pagamentos, no momento em que verificar que as negociações caminham em boa direção — disse Dauster, acrescentando que tais decisões terão antes que ser submetidas ao Senado, como manda a Constituição.

Ele informou que não foi possível acertar ainda um cronograma de negociação com os credores oficiais, no âmbito do Clube de Paris, porque o Presidente do organismo, Jean-Claude Trichet, não teve tempo para analisar as idéias apresentadas pela Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Além disso, o Governo só vai abrir negociações com o Clube depois que o FMI aprovar o empréstimo **stand-by** de US\$ 2 bilhões. A Ministra encontrou-se com Trichet no último domingo e defendeu a redução da dívida externa do Brasil junto aos governos credores, dentro da iniciativa do Presidente dos Estados Unidos, George Bush, e pediu alongamento de prazos, com

reescalonamento dos juros, inclusive os atrasados, para pagar ao Clube de Paris, segundo Dauster.

Não é possível para o Brasil, disse o Embaixador, pagar os US\$ 4,5 bilhões anuais devidos a governos e organismos multilaterais, mesmo porque não pretende atrasar o pagamento ao FMI de US\$ 1 bilhão em 1990 e US\$ 800 milhões em 1991. Portanto, concluiu, alguém vai ter que receber menos.

O Brasil vai incluir no Comitê quatro instituições européias (um banco alemão, um português e dois franceses), que são mais favoráveis a soluções definitivas para o problema da dívida, segundo o Embaixador. Dauster insistiu em que o País não pode pagar os US\$ 16 bilhões líquidos que deve em 1990, que representam 5% a 6% de seu Produto Interno Bruto (PIB).

Este ano, informou, os compromissos inadiáveis com linhas de curto prazo e organismos somam US\$ 6 bilhões.